

A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES E TENDÊNCIAS DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS NAS REDES DE ENSINO

Verônica Gomes Feitosa¹
Samara de Oliveira Silva²

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa sobre educação discute as parcerias público-privadas, destacando os desafios e críticas dessa modalidade de gestão. Analisando artigos e estudos sobre o tema, percebe-se que as parcerias público-privadas são vistas como uma alternativa para melhorar a qualidade da educação. No entanto, surgem problemas derivados do desvio de finalidade ao tratar de ensino, como a falta de transparência e participação da sociedade na gestão dos recursos públicos, além da necessidade de garantir a qualidade da educação oferecida.

O conflito de interesses entre o público e o privado é o principal ponto de análise desse trabalho, onde de um lado temos a administração pública, que deveria zelar pelo interesse público, e do outro lado temos a iniciativa privada, impulsionada pelo capitalismo.

Diante da pesquisa documental realizada, concluiu-se que é fundamental garantir transparência, participação da sociedade e qualidade na educação oferecida pelas parcerias público-privadas. É necessário regular e fiscalizar essas parcerias de forma efetiva, assegurando critérios de interesse público e evitando interesses escusos. Além disso, é essencial tratar a educação como um direito humano fundamental, e não como um produto comercializável, que na verdade é o que vem acontecendo no Piauí, sobretudo com as PPPs de creches na capital Teresina.

As parcerias público-privadas na educação podem ser comparadas a um projeto de construção em que diferentes empresas se unem para melhorar a qualidade de uma escola. Assim como em uma obra, essas parcerias são movidas pelos princípios da eficiência, ou seja, fazer mais com menos recursos, e têm como objetivo ampliar o acesso à educação, melhorar a infraestrutura e a gestão escolar. No entanto, assim como em qualquer empreendimento, existem desafios e críticas que precisam ser discutidos e analisados. Nesse sentido, este artigo faz parte de um projeto de pesquisa em desenvolvimento que tem como objetivo discutir as

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Bolsista de Iniciação Científica PIBIC da UESPI – E-mail: veronicagomesf@aluno.uespi.br

² Professora orientadora e coautora – Samara de Oliveira Silva; Doutora em Educação, Curso de Pedagogia – Universidade Estadual do Piauí, Campus de Parnaíba- Piauí, samara@phb.uespi.br.

parcerias público-privadas na educação no Estado do Piauí, destacando tanto os pontos positivos quanto as falhas desse modelo de gestão. Esse movimento de parcerias público-privadas na educação chegou ao Brasil e se disseminou pelos estados da federação, atingindo também o Piauí. Portanto, este estudo busca fornecer uma visão abrangente de como essa influência mercantil se espalha pelo mundo, alcançando os estados brasileiros e, inclusive, o Piauí.

METODOLOGIA

Para embasar essa discussão, foi feita uma pesquisa qualitativa e análise bibliográfica de artigos que abordam a temática das parcerias público-privadas na educação em diferentes países, em sites como o da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO – FINEDUCA e SCIELO-BRASIL, além de informações contidas no site da Secretaria Municipal de Planejamento de Teresina- SEPLAN. A ideia é trazer uma visão macro do andamento da privatização da educação no cenário nacional e depois fazer uma reflexão sobre o efeito no estado do Piauí, compreendendo as potencialidades e limitações dessa maneira de gerir a educação. O referencial teórico utilizado nesse trabalho baseia-se nas reflexões de autores como Adrião (2018) e Maria Clara Di Pierro e Maria Alice Setúbal (2020), que discutem os desafios e críticas das parcerias público-privadas na educação. Além disso, foram utilizados estudos e pesquisas que analisam a experiência dessas parcerias na educação em diferentes países, a fim de compreender as influências e impactos desse modelo.

REFERENCIAL TEÓRICO

As parcerias público-privadas na educação têm sido utilizadas em diversos países como uma alternativa para melhorar a qualidade do ensino. No Brasil, essas parcerias têm sido adotadas para a construção e gestão de escolas, além da oferta de serviços educacionais. No entanto, é importante destacar que esse modelo apresenta algumas fragilidades, o que justifica a importância de estudos e pesquisas sobre o tema. Um dos principais desafios das parcerias público-privadas na educação é garantir a transparência e a participação da sociedade na gestão dos recursos públicos. Muitas vezes, essas parcerias são realizadas sem a devida transparência, o que pode comprometer a qualidade da educação oferecida. Além disso, a falta de clareza pode gerar desconfiança e descrença da sociedade em relação a essas parcerias.

Outro desafio é assegurar a qualidade da educação oferecida. Muitas vezes, as parcerias público-privadas são estabelecidas com o objetivo de reduzir os custos da educação, o que pode comprometer a qualidade dos serviços oferecidos. Além disso, a falta de regulação e fiscalização pode resultar na oferta de serviços educacionais de baixa qualidade, prejudicando o direito à educação de qualidade para todos os estudantes. De acordo com o artigo "Parcerias público-privadas na educação: uma análise crítica", de Maria Clara Di Pierro e Maria Alice Setúbal (2020), essas parcerias apresentam riscos de corrupção e favorecimento de empresas privadas. Segundo as autoras, as parcerias público-privadas podem levar à concentração de poder nas mãos de poucas empresas, que passam a controlar a oferta de serviços educacionais em determinadas regiões.

Além dos desafios, as parcerias público-privadas na educação também recebem críticas. Uma delas é a mercantilização da educação, ou seja, a transformação da educação em um produto a ser comercializado. Isso pode resultar na exclusão de estudantes que não têm condições financeiras de pagar pelos serviços educacionais oferecidos pelas parcerias Público-privadas. Essa visão é corroborada por Verger e Normand (2015), que destacam a influência da Nova Gestão Pública nesse processo de mercantilização da educação.

Outra crítica é a falta de compromisso social das empresas envolvidas nas parcerias público-privadas na educação. Muitas vezes, essas empresas têm como objetivo principal o lucro, o que pode comprometer a qualidade da educação oferecida e o acesso à educação de qualidade para os estudantes. Di Pietro (2008) ressalta que as atuais parcerias entre os setores público e privado representam uma tendência à privatização, o que pode impactar negativamente a gestão e a estrutura administrativa do Estado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É importante ressaltar que as parcerias público-privadas na educação devem ser analisadas de forma crítica, levando em consideração os riscos, desafios e críticas mencionados. Estudos e pesquisas são fundamentais para compreender a real dimensão e os objetivos dessas parcerias, a fim de garantir uma educação de qualidade para todos os estudantes. Na data do presente estudo, a capital do Piauí, Teresina, tem como grande objetivo de governo, a criação de até 40 creches até o ano de 2024. Essa intenção se dá em parceria com o BNDES, que por sua vez conta com parceiros privados que ajudam no desenvolvimento dessa ideia. Outro projeto desejo de consumo da capital piauiense surgiu depois que o gestor municipal se encontrou com representantes no Brasil do New Development Bank – NDB / BRICS. O objeto

do encontro se deu em função de uma promessa de melhoria nas escolas e em seu entorno, investimento em infraestrutura e criação de instituições de ensino de tempo integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das considerações apresentadas, fica evidente que as parcerias público-privadas na educação possuem desafios e críticas que precisam ser cuidadosamente analisados. A transparência na gestão dos recursos públicos, a garantia da qualidade da educação oferecida, a preocupação com a mercantilização do ensino e o compromisso social das empresas envolvidas são aspectos fundamentais a serem considerados.

É necessário que haja uma regulação eficiente e uma fiscalização rigorosa para evitar possíveis irregularidades e assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de forma adequada. Além disso, é imprescindível que as parcerias público-privadas na educação sejam pautadas pelo compromisso com a qualidade do ensino e o acesso igualitário a todos os estudantes, independentemente de sua condição financeira.

A realização de estudos e pesquisas sobre o tema é fundamental para compreender a real dimensão e os objetivos dessas parcerias, bem como para identificar boas práticas possíveis melhorias. A troca de experiências entre países que já adotam esse modelo também pode ser enriquecedora, permitindo a identificação de estratégias eficientes e a superação dos desafios existentes.

Por fim, é importante ressaltar que a busca por uma educação de qualidade para todos os estudantes deve ser o objetivo central das parcerias público-privadas na educação. É necessário que essas parcerias sejam pautadas pelo interesse público e pelo compromisso com o desenvolvimento social, garantindo que a educação seja um direito universal e não um privilégio para alguns.

REFERÊNCIAS

MIRANDA, M. DA S.; CUNHA, M. C.; PEREIRA, R. DA S. Arranjos institucionais para a gestão da educação em territórios da Bahia: tensões entre o público e o privado. **Educar em Revista**, v. 36, p. e70085, 2020.

ADRIÃO, T. et al. As parcerias entre prefeituras paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 119, p. 533–549, abr. 2018.

CORREIA, Bianca, Marceônio de Rezende Pinto, José; Oliveira Guaranha Garcia, Teise. Estratégias de Privatização da Educação Infantil em Ribeirão Preto e as Resistências. **Fineduca**, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/114040/64900>. Acesso em: 24, jun 2023

MOREIRA, Jani Alves Da Sila; MARTINELLI, Telma Andrina Pacifico; SILVA, Renata Valerio; VASCONCELOS, Carolina De Mora. Banco Mundial e as Recomendações Atuais para as Políticas Educacionais no Brasil. **Fineduca**, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/90622/58619>. Acesso em: 24, jun 2023.

MOREIRA, C. F. N.. O debate sobre a democratização da educação pública e a tese da gestão democrática radical da escola. **Educação e Pesquisa**, v. 47, p. e222657, 2021.

Prefeitura Municipal de Teresina. Prefeitura de Teresina e BRICS tratam de investimentos na educação do município. Disponível em: <<https://semplan.pmt.pi.gov.br/2022/06/21/prefeitura-de-teresina-e-brics-tratam-de-investimentos-na-educacao-do-municipio/>>. Acesso em: 23, ago 2023.

SEMPPLAN. PPP de creches é pauta em reunião de Secretarias de Planejamento, Educação e Concessões e Parcerias. Disponível em: <<https://semplan.pmt.pi.gov.br/2021/01/08/ppp-de-creches-e-pauta-em-reuniao-de-secretarias-de-planejamento-educacao-e-concessoes-e-parcerias/>>. Acesso em: 23, ago 2023